

Eletricidade do
Brasil S.A. -
EBRASIL

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Eletricidade do Brasil – S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 apresenta registrado na rubrica de Impostos a Recuperar, no ativo não circulante, o montante de R\$ 50.858 mil, referente a recebível oriundo de diferimento de ICMS de substituição tributária do Estado de Pernambuco sobre compra de óleo diesel a ser repassado por um fornecedor à Sociedade, mensurado ao custo da transação. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, esse recebível se caracteriza como um instrumento financeiro que, pelo fato de os fluxos de caixa decorrentes do recebimento deste recebível não atenderem à definição de representarem exclusivamente principal e juros, deveria ser mensurado ao seu valor justo. Se o referido recebível tivesse sido mensurado a valor justo, certos elementos das demonstrações financeiras consolidadas, bem como o valor do investimento e o resultado da equivalência patrimonial do exercício nas demonstrações financeiras individuais, poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 01 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Marcelo Pereira Gonçalves

Contador CRC 1SP 220026/O-3



Adriana Rodrigues Pereira da Silva

Contadora CRC PE 017400/O-8

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	20.780	40.438	72.819	Fornecedores	12	27	3	11.452	11.385
Contas a receber	5	-	-	61.401	24.934	Empréstimos, financiamentos e encargos	13	76.291	30.026	76.291	30.423
Estoques	6	-	-	19.781	18.738	Debêntures	14	11.840	-	25.553	13.786
Impostos a recuperar	7	1.692	563	4.314	3.213	Impostos correntes e obrigações tributárias	15	2	5	5.915	1.737
Outras contas a receber	8	3.915	3.885	20.230	8.224	Taxas regulamentares	17	-	-	10.910	8.683
						Partes relacionadas	21	507	20.602	507	20.602
Total do ativo circulante		5.617	25.228	146.164	127.928	Dividendos a pagar		887	885	887	885
						Outras contas a pagar	18	-	-	12.927	3.735
						Total do passivo circulante		89.554	51.521	144.443	91.236
Não circulante						Não circulante					
Outras contas a receber	8	-	-	10.067	9.293	Empréstimos, financiamentos e encargos	13	-	-	-	-
Impostos a recuperar	7	-	-	55.901	57.500	Debêntures	14	40.000	-	97.000	70.154
Partes relacionadas	21	1.810	1.988	1.908	2.433	Partes relacionadas	21	-	-	2.002	2.408
Total do realizável a longo prazo		1.810	1.988	67.876	69.226	Provisão para contingência	19	-	-	1.048	7.959
						Taxas regulamentares	17	-	-	9.239	8.676
Investimentos	9	980.176	689.226	830.272	519.788	Impostos diferidos passivos	16	-	-	19.488	16.249
Imobilizado	10	-	17	160.675	185.989	Total do passivo não circulante		40.000	-	128.776	105.446
Intangível		-	-	68	117	Patrimônio líquido	20				
Diferido	11	-	-	971	3.302	Capital social		120.590	120.590	120.590	120.590
Total do ativo não circulante		981.986	691.231	1.059.862	778.422	Adiantamento para futuro aumento de capital		385.488	200.520	385.488	200.520
						Reserva de lucros		269.459	261.316	269.459	261.317
						Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
						Participação dos controladores		858.049	664.938	858.049	664.939
						Participação dos não Controladores		-	-	74.758	44.728
						Total do patrimônio líquido		858.049	664.938	932.807	709.667
Total do ativo		987.603	716.459	1.206.026	906.350	Total do passivo e patrimônio líquido		987.603	716.459	1.206.026	906.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
Nota	2018	2017	2018	2017	
Receita	22	-	-	185.705	196.551
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(100.627)	(134.136)
Lucro bruto		-	-	85.078	62.415
Despesas/receitas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(2.397)	(4.268)	(10.309)	(15.022)
Outros resultados	25	-	-	1.879	98
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(2.397)	(4.268)	76.648	47.491
Receitas financeiras	26	4.114	24	6.572	2.994
Despesas financeiras	26	(11.741)	(30)	(20.416)	(10.827)
Resultado financeiro líquido		(7.627)	(6)	(13.844)	(7.833)
Resultado antes da equivalência patrimonial e tributos		(10.024)	(4.274)	62.804	39.658
Resultado de equivalência patrimonial	9	121.012	101.447	68.035	64.638
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		110.988	97.173	130.839	104.296
Imposto de renda corrente		-	-	(18.889)	(11.435)
Imposto de renda diferido		-	-	(5.588)	(2.481)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	12.542	7.676
Resultado do exercício antes da participação dos não controladores		110.988	97.173	118.904	98.056
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		110.988	97.173	110.988	97.173
Acionistas não controladores		-	-	7.915	883
Lucro líquido do exercício		110.988	97.173	118.903	98.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	110.988 -	97.173 -	118.903 -	98.056
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>110.988</u>	<u>97.173</u>	<u>118.903</u>	<u>98.056</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	110.988 -	97.173 -	110.988 -	97.173
Acionistas não controladores	- -	- -	7.915 -	883
Resultado abrangente total	<u>110.988</u>	<u>97.173</u>	<u>118.903</u>	<u>98.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
			Reserva de capital	Legal					Retenção de lucros
Saldos em 1º de janeiro de 2017	120.590	321	82.512	12.638	232.823	-	448.883	18.421	467.304
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	26.307	26.307
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	97.173	97.173	-	97.173
Aporte de capital	-	200.199	-	-	-	-	200.199	-	200.199
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.858	-	(4.858)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(20.330)	(20.330)	-	(20.330)
Dividendo pago	-	-	-	-	-	(60.987)	(60.987)	-	(60.987)
Constituição da reserva B22de retenção de lucros	-	-	-	-	10.998	(10.998)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	120.590	200.520	82.512	17.496	243.821	-	664.938	44.728	709.666
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	110.988	110.988	30.030	141.018
Aporte de capital	-	184.968	-	-	-	-	184.968	-	184.968
Destinações:									
Constituição de reserva legal	-	-	-	5.550	-	(5.550)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(25.710)	(25.710)	-	(25.710)
Dividendo pago	-	-	-	-	-	(77.135)	(77.135)	-	(77.135)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.593	(2.593)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	120.590	385.488	82.512	23.046	246.414	-	858.049	74.758	932.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	110.988	97.173	110.988	97.173
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	(6.911)	262
Equivalência patrimonial	(121.012)	(101.447)	(68.035)	(64.638)
Resultado da alienação de ativo imobilizado	17	-	1.595	119
Participação de não controladores	-	-	30.030	26.307
Depreciação e amortização	-	-	15.969	16.430
Impostos diferidos	-	-	3.238	3.173
Redução no ativo diferido	-	-	2.332	2.332
Juros provisionados debêntures e empréstimos	7.397	-	7.409	9.068
	(2.610)	(4.274)	96.615	90.226
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-	-	(36.451)	1.419
Aumento dos impostos a recuperar	(1.129)	(1)	497	(4.501)
Aumento em estoques	-	-	(1.043)	5.773
Redução (aumento) em outros créditos	(29)	540	(12.780)	1.238
(Redução) aumento em fornecedores	24	-	43	602
(Redução) aumento em impostos correntes e obrigações tributárias	(3)	4	2.340	(641)
(Redução) aumento em outros passivos	2	-	11.983	2.010
	(3.745)	(3.731)	61.204	96.126
Caixa (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais				
Juros debêntures	(2.263)	-	(5.447)	(9.373)
Juros de empréstimos bancários	(2.029)	-	(2.035)	(31)
	(8.037)	(3.731)	53.722	86.722
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais				
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Adições de investimento	(279.410)	(223.647)	(310.485)	(237.745)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	109.471	81.241	74.705	49.232
Dividendos pagos a acionistas	-	-	5.919	(1.700)
Recursos proveniente de alienação de imobilizado	-	-	2	6.488
Adições no intangível	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(4.839)	(4.839)
	(169.939)	(142.406)	(234.698)	(188.564)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de recursos				
Contratação de empréstimos e financiamentos	100.000	30.026	100.000	30.026
Captação de debêntures	60.000	-	-	-
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	184.968	200.199	184.968	200.199
Empréstimos disponibilizados apartes relacionadas	(19.917)	20.602	(20.502)	19.086
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas	-	(542)	525	1.539
Amortização				
Principal debêntures	(10.000)	-	(13.512)	(13.154)
Principal empréstimos bancários	(55.000)	-	(38)	(1.377)
Liquidação de empréstimos de partes relacionadas	-	(2.060)	-	-
Pagamento de dividendos	(102.845)	(81.317)	(102.846)	(81.317)
	157.206	166.908	148.595	155.002
Caixa gerado proveniente das atividades de financiamento				
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(20.770)	20.771	(32.381)	53.160
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	20.780	9	72.819	19.659
	10	20.780	40.438	72.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Eletricidade do Brasil S.A. (“EBRASIL” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras sociedades, comercializar energia e na gestão de empreendimentos.

A Sociedade é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

- 90% das quotas da EBRASIL Energia Ltda. (“EBE”)
- 83,6% das ações da Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. (“EPESA”)
- 99,99% das quotas da EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. (“ENORTE”)
- 99,99% das quotas da Ebrasil Gás e Energia S.A. (“EGAS”)
- 24% das ações da Termocabo S.A. (“Termocabo”)

a. Coligadas

A Termocabo é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (“CCEAR”) pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010.

b. Controladas

A ENORTE é uma sociedade limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Usina foi instalada em terreno cedido pela Amazonas Energia e entrou em operação em 16 de novembro de 2010. Após o término do período de vigência do contrato em fevereiro de 2016, nova licitação com base na Lei nº 8.666/93 foi feita e, não havendo interessado, a ENORTE foi convidada a assinar novo contrato, assinado em 17 de março de 2016 sob o nº 292/OC/2016 para operação contínua por 180 dias, com valor estimado de R\$ 126.636, passando a ENORTE a comprar o diesel para geração da energia despachada, com preço

fixado para todo período do contrato, sendo o valor do diesel adquirido mensalmente reembolsado pela contratante no prazo médio de 80 dias. No período do contrato, o valor do preço de aquisição do diesel que exceder ao preço fixado em contrato, será de responsabilidade da ENORTE. Com o término do prazo de vigência do referido contrato em 13/09/2016, iniciou-se a desmobilização das instalações da usina no terreno cedido pela Amazonas Energia em 01/10/2016. Como reflexo do término do contato com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em 2016, a Administração tomou algumas ações visando manter a geração de caixa em nível suficiente a suportar os custos operacionais nessa fase de transição, que consistiram em: venda de itens sobressalentes do ativo imobilizado e estoque de manutenção; locação de equipamentos, e participação de novos leilões com objeto de prestação de serviços de locação, operação e manutenção de Grupos Geradores de energia elétrica, seus sistemas auxiliares e associados. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R\$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2017 e 2018, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2019, a empresa avaliará a continuidade de seus negócios.

A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. No exercício de 2016, a geração de energia da EPESA foi de 120.947,16 MW/h (771.908,4700 MW/h). A redução da geração vem correndo desde agosto de 2015 em função da ordem de desligamento das UTEs com CVU acima de R\$ 600,00, estando a EPESA inserida neste rol. Nos exercícios de 2018 e 2017, a Sociedade apresentou 70.255,44 MW/hr e 114.939,11 MW/hr, respectivamente, em termos de comportamento de geração de energia líquida por despacho da ANEEL. As informações referente aos MWh consumidos não foram auditados.

A EBE é uma sociedade limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A, que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros.

A EGÁS é uma sociedade anônima com sede em Cabedelo, Estado na Paraíba, capital fechado, que tem por objetivo construir, implantar e operar usinas termoelétricas abastecidas a Gás Natural, bem como importação, exportação e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás natural Comprimido (GNC). Em 2018 teve sua constituição societária alterada para *holding*, passando a deter 41,66% das ações da EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba S.A

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 01 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo e, quando aplicável, ajustadas ao valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revisadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 9 – Investimentos: determinação se o Grupo detém controle ou não, sobre uma investida para fins de consolidação;

Incerteza

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 16 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Notas explicativas 19 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade e suas investidas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, observada as mudanças de práticas contábeis descritas no item k desta nota.

a. Base para consolidação

(i) *Participação de acionistas não-controladores*

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido

(ii) *Investimentos em sociedades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas sociedades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais.

Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

(iii) Controladas

O Grupo controla uma sociedade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a sociedade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iv) Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Sociedade. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre sociedades, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as sociedades, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedade investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Sociedade.

b. Ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e desreconhecimento

A Sociedade reconhece os depósitos e mútuos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração

Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os depósitos em conta reserva a serviço da dívida. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento ou perspectiva de realização superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Os empréstimos e recebíveis possuem pagamentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de

quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Reconhecimento e desreconhecimento

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Mensuração

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, financiamentos, debêntures, empréstimos a partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

c. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida.

d. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros, contratados pela própria Sociedade, (i) inclui o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

(ii) Depreciação

Os métodos de depreciação e as vidas úteis das controladas e coligadas são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A coligada Termocabo utiliza as taxas de acordo com a expectativa de vida útil para os bens. As controladas EPESA e ENORTE contrataram especialistas para avaliar a expectativa de vida útil remanescente dos grupos geradores e sistema de tancagem. Com base nestes laudos de avaliação, considerando o tipo de cada equipamento e grau de utilização, a depreciação é calculada com base na expectativa de vida útil para os bens, conforme segue (em anos):

	<u>Controladas</u>	
	ENORTE	EPESA
Construções	25	25
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancagem	10	30
Máquinas e equipamentos – Outros	10	10
Instalações industriais	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos eletrônicos	5	5
Veículos	5	5

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

e. Diferido

São mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas no valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 10 anos e reconhecida no resultado.

f. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

(i) Ativos financeiros (incluindo empréstimos e recebíveis)

O CPC 47 exige que a Sociedade registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Sociedade levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Sociedade.

A Sociedade não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGC ou grupos de UGC que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo

menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Receita operacional

As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades de cada Sociedade do Grupo, e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos são reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

As receitas são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Sociedade; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado “pro rata” dia com base no método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Novas normas e interpretações adotadas

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 passou a ser aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a Sociedade registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Como a Sociedade não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com relação às mudanças ao cálculo de impairment de instrumentos financeiros, a Sociedade concluiu que, após as devidas análises, não houve impacto relevante no resultado em função de uma redução dos seus ativos financeiros.

Por fim, no que tange as mudanças do risco de crédito, a Sociedade verificou que, após as análises adequadas, também não houve impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em razão das mudanças da norma sobre este tópico.

CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Sociedade analisou as cinco etapas de reconhecimento para os tipos de receita e não identificou nenhum impacto relevante da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras. Desta forma, após as devidas análises a conclusão é de que o reconhecimento de receita atual está de acordo com a norma do CPC 47.

A entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A Sociedade revisou o critério de reconhecimento da receita e não identificou qualquer impacto

I. Novas normas e interpretações não adotadas

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) será aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Como a Sociedade não opera com arrendamentos nem contrato que possam ter arrendamentos embutidos, a Administração concluiu que não haverá impacto em função das alterações da norma sobre este tópico.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	4	9	3.284	461
Aplicações financeiras	6	20.772	37.154	72.359
	10	20.780	40.438	72.819

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez.

As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2018	2017
EPESA		
Clientes faturados (i)	5.334	6.941
Clientes a faturar (i)	10.264	14.237
Valores a receber - conta centralizadora (ii)	629	1.146
Mercado de Curto Prazo CCEE (iii)	44.670	-
Clientes diversos	332	2.532
ENORTE		
Clientes faturados (iv)	154	77
EGÁS		
Clientes diversos	18	1
	61.401	24.934

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da EPESA e de locação dos grupos geradores da ENORTE.

A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que é desnecessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa dado que não há histórico de inadimplência do contas a receber de suas investidas.

O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável.

O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente.

Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente.

- (i) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subsequente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor.
- (ii) Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 14), a Sociedade cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Sociedade terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a Sociedade cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa nº 26).
- (iii) Geração de energia destinada a Reserva de Potência, sendo liquidada a CVU via Mercado de Curto Prazo. Em 2017 as usinas não foram despachadas para Reserva de Potência e sim para necessidade do SIN. Essa geração em 2018 ocorreu a partir de outubro

- (iv) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de contas a receber no montante de R\$ 154 (R\$ 77 em 2017) é representado pelo valor a receber referente a locação de transformadores de força a Aggreko.

6 Estoques

	Consolidado	
	2018	2017
Óleo diesel (i)	11.963	10.256
Lubrificantes	222	236
Peças de reposição e manutenção (ii)	7.596	8.246
	19.781	18.738

O saldo de estoque consolidado em 31 de dezembro de 2018 está representado por R\$ 18.058 (R\$ 17.015 em 2017) pertence à controlada EPESA e R\$ 1.723 (R\$ 1.723 em 2017) à controlada ENORTE.

- (i) Aquisição de óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS.
- (ii) As controladas mantêm em seus estoques peças de reposição necessárias à recolocação em operação das máquinas e equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Peças de reposição somente são capitalizadas ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem.

7 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2018	2017
Impostos a recuperar		
PIS e COFINS	53	53
IRPJ e CSLL a recuperar	6.282	5.127
IRPJ e CSLL diferidos	1.088	3.475
ICMS ST a ressarcir (i)	50.858	50.858
Outros	1.934	1.200
	60.215	60.713
Circulante	4.314	3.213
Não circulante	55.901	57.500

- (i) **Controlada EPESA:** Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a EPESA o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Sociedade está classificando no não circulante.

Em conformidade com a Lei nº 16.565 de 8 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar

valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período.

A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

8 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	-	8.209	7.740
Dividendos a receber (ii)	1.685	1.884	1.685	1.884
Depósitos judiciais	-	-	5.333	5.028
Despesas antecipadas	-	-	741	407
Outros (iii)	2.230	2.001	14.330	2.458
	3.915	3.885	30.298	17.518
Circulante	3.915	3.885	20.231	8.224
Não circulante	-	-	10.067	9.293

- (i) No consolidado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a controlada EPESA precisa manter reserva financeira equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora.
- (ii) O saldo de dividendos a receber corresponde a dividendos declarados da TERMOCABO.
- (iii) No consolidado, refere-se substancialmente a pagamentos adiantados em 2018 para aquisição de combustível e a diversos fornecedores de peças de reposição e serviços de manutenção da controlada EPESA.

9 Investimentos

a. Composição da conta

	Controladora	
	2018	2017
Participação em sociedades:		
TERMOCABO	13.154	14.737
EPASA	-	182.581
EPESA	178.902	177.747
ENORTE	7.139	7.187
EBE	59.387	80.354
EGAS	195.674	-
Subtotal	454.256	462.605
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC (i)	525.920	226.620
	980.176	689.226

(i) Composição do Adiantamento para futuro aumento de capital

	2018		
	Participação em sociedades	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total de investimentos
TERMOCABO	13.154	-	13.154
EPESA	178.902	-	178.902
ENORTE	7.139	6.223	13.362
EBE	59.387	519.697	579.084
EGAS	195.674	-	195.674
Total	454.256	525.920	980.176

b. Movimentação da conta

Saldo final de investimentos em 31/12/2016	445.373
Equivalência patrimonial	101.457
Dividendos recebidos	(81.241)
Aporte de capital - EBE	<u>223.646</u>
Saldo final de investimentos em 31/12/2017	689.226
Equivalência patrimonial	121.012
Dividendos recebidos	(109.471)
Aporte de capital - EBE	299.812
Transferência de ações	<u>(20.403)</u>
Saldo final de investimentos em 31/12/2018	<u><u>980.176</u></u>

c. Informações da controladora, controladas e coligadas

2018	Participação	Total de ativo	Total de passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Outros	Resultado de equivalência patrimonial
Controladora							
EBRASIL		987.603	89.554	858.049	110.988	-	-
Controladas							
ENORTE	99,99%	14.720	774	13.946	(1.748)	-	(1.748)
EBE	99,99%	650.625	2.794	647.831	(23.296)	-	(20.967)
EGAS	99,99%	195.828	353	195.474	82.428	-	82.420
EPESA	83,60%	343.909	144.823	199.086	62.421	-	52.184
		<u>2.192.685</u>	<u>238.298</u>	<u>1.914.386</u>	<u>230.793</u>	<u>-</u>	<u>111.889</u>
Coligada							
TERMOCABO	24%	81.788	23.888	57.900	8.362	-	2.007
		<u>81.788</u>	<u>23.888</u>	<u>57.900</u>	<u>8.362</u>	<u>-</u>	<u>2.007</u>
Total		<u><u>2.274.473</u></u>	<u><u>262.187</u></u>	<u><u>1.972.286</u></u>	<u><u>239.155</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>113.896</u></u>

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

2017	Participação	Total de ativo	Total de passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Outros	Resultado de equivalência patrimonial
Controladora							
EBRASIL		696.056	34.618	661.438	97.173	-	-
Controladas							
ENORTE	99,99%	17.071	865	16.206	(1.470)	-	(1.470)
EBE	99,99%	356.473	2.693	353.780	(10.428)	-	(9.947)
EGAS	99,99%	104	312	(208)	(9)	-	(9)
EPESA	95%	332.477	145.515	186.962	38.521	-	36.595
		<u>1.402.181</u>	<u>184.003</u>	<u>1.218.178</u>	<u>123.787</u>	<u>-</u>	<u>25.169</u>
Coligada							
EPASA	41,66%	850.750	400.110	450.640	177.459	-	73.929
TERMOCABO	24%	78.523	20.586	57.937	9.785	-	2.349
		<u>929.273</u>	<u>420.696</u>	<u>508.577</u>	<u>187.244</u>	<u>-</u>	<u>76.278</u>
Total		<u>2.331.454</u>	<u>604.698</u>	<u>1.726.755</u>	<u>311.031</u>	<u>-</u>	<u>101.447</u>

10 Imobilizado

a. Composição da conta

	Consolidado						
	Taxas anuais de depreciação (%)	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	204.203	(85.144)	119.059	203.985	(74.779)	129.206
Construções	4	82.834	(45.799)	37.035	82.826	(40.835)	41.991
Moveis e utensílios	10	2.799	(2.073)	726	2.753	(1.814)	939
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veículos	20	1.321	(998)	323	11.541	(2.225)	9.316
Intangível	20	69	-	69	118	-	118
Imobilizado em curso	-	2.473	-	2.473	17	-	17
Obras em andamento	-	-	-	-	3.460	-	3.460
Total		<u>294.757</u>	<u>(134.014)</u>	<u>160.743</u>	<u>305.758</u>	<u>(119.653)</u>	<u>186.105</u>

b. Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo 31/12/2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2018
Máquinas e equipamentos	203.985	217	-	-	204.202
Construções	82.826	8	-	-	82.834
Moveis e utensílios	2.753	43	-	-	2.796
Terrenos	1.058	-	-	-	1.058
Veículos	11.541	55	-	(8.664)	2.932
Obras em andamento	3.595	-	-	(986)	2.609
	<u>305.758</u>	<u>323</u>	<u>-</u>	<u>(9.650)</u>	<u>296.431</u>

	Saldo 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	203.865	215	183	(280)	203.983
Construções	89.313	380	(183)	(1.174)	88.336
Instalações industriais	-	-	-	(5.510)	(5.510)
Moveis e utensílios	2.689	67	-	-	2.756
Terrenos	1.058	-	-	-	1.058
Equipamentos eletrônicos	-	-	-	-	-
Veículos	11.566	10	-	(36)	11.540
Imobilizado em Curso	213	4.170	-	(19)	4.290
Obras em andamento	2.647	-	-	(3.342)	(695)
	311.351	4.842	-	(10.361)	305.758

c. Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e equipamentos	(74.779)	(10.365)	-	(85.145)
Construções	(40.835)	(4.964)	-	(45.799)
Moveis e utensílios	(1.814)	(257)	-	(2.071)
Veículos	(2.225)	(382)	1.611	(996)
	(119.653)	(15.969)	1.611	(134.012)

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	(64.441)	(10.340)	2	(74.779)
Construções	(39.519)	(5.010)	3.694	(40.835)
Moveis e utensílios	(1.594)	(220)	-	(1.814)
Veículos	(1.493)	(767)	35	(2.225)
	(107.047)	(16.337)	3.731	(119.653)

Depreciação e amortização das controladas

Foram apropriados ao resultado do exercício, despesas com depreciação e amortização no montante de R\$ 18.404 em 2018 (R\$ 18.461 em 2017).

Garantias das controladas

Os equipamentos, adquiridos desde o início das usinas, e o terreno das usinas da EPESA estão servindo como garantia de debêntures que financiou suas construções.

Os doze grupos geradores adquiridos em 2013 pela ENORTE estão em garantia até a liquidação do financiamento do contrato FINAME.

Recuperação do valor residual dos ativos da controlada EPESA

Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências, considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza etc.

Com base em sua melhor estimativa, a Sociedade realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido (Notas Explicativas 10 e 11), com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Sociedade (14,15% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE

Alternativas para a recuperação do valor residual da ENORTE são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

11 Diferido

	Consolidado	
	2018	2017
Gastos administrativos pré-operacionais	1.682	1.682
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(22.339)	(20.008)
Custo líquido	971	3.302

O diferido está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriados aos resultados dos exercícios despesas com amortização de R\$ 2.331 anualmente. A controlada EPESA decidiu pela manutenção do saldo de ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização, que ocorrerá em 2019.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Areva (i)	-	-	7.571	7.571
Transmissoras (ii)	-	-	192	504
BR Distribuidora (iii)	-	-	1.928	-
Twenty Six Trading (iv)	-	-	477	744
HDI Global Seguros	-	-	441	342
Outros	27	3	843	2.224
Total	27	3	11.452	11.385

- (i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 17). Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador.
- (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST").
- (iii) Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se de descontos financeiros.
- (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA.

13 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2018	2017
Finame BNDES - Itaú BBA	-	396
Banco Safra	30.707	30.026
Banco Santander	25.466	-
Banco ABC	20.118	-
Total	76.291	30.423
 Circulante	 76.291	 30.423

Os financiamentos apresentam as seguintes modalidades e condições de negociação:

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Parcelas	Consolidado	
				2018	2017
Finame BNDES - Itaú BBA - EPESA	3,00 % a.a.	jul/17	31	-	33
Finame BNDES - Itaú BBA - ENORTE	3,00 % a.a.	set/18	45	-	363
Banco Safra - EBRASIL	3,43% a.a.	jan/20	-	30.707	30.026
Banco Santander - capital de giro	2,85% a.a.	fev/19	-	10.056	-
Banco Santander	2,65% a.a.	abr/19	-	15.410	-
Banco ABC -capital de giro	2,85% a.a.	fev/19	-	20.118	-
Total				76.291	30.423

EBRASIL

Financiamento contratado junto ao Banco Safra em Dezembro de 2017 para investimento em controlada indireta.

Financiamentos contratados junto ao Santander em Abril e Dezembro de 2018 para investimento em controlada indireta.

Financiamentos contratados junto ao Banco ABC em Dezembro de 2018 para investimento em controlada indireta.

ENORTE

O financiamento FINAME contratado em janeiro de 2013 para aquisição de 12 grupos geradores para a usina para adicionar à reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação, quitado em 2018.

EPESA

A EPESA possui financiamento BNDES Finame com o Banco Itaú BBA para aquisição de 25 Grupos Geradores da Stemac para a usina, aumentando sua reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação, quitado em 2018.

14 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Principal	50.000	-	120.154	83.307
Juros	1.840	-	2.399	633
	51.840	-	122.553	83.940
Circulante	11.840	-	25.553	13.786
Não circulante	40.000	-	97.000	70.154

a. Controladora

Emissão e encargos

Em 31 de janeiro de 2018 a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 60.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 2,10% a.a.

b. Consolidado

Emissão e encargos

Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a.

Não circulante

As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2018	2017
2019	20.000	13.154
2020	33.154	13.154
2021	13.154	13.154
2022	13.154	13.154
2022	13.154	13.154
2023 em diante	4.384	4.384
Total	97.000	70.154

Garantias

A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias:

Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida;

Alienação fiduciária de 100% das ações da Sociedade;

Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia;

Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas;

Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas;

Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e

Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível.

Em relação a 2ª emissão de debêntures realizada pela Ebrasil foram consideradas estas as principais garantias:

Alienação fiduciária da totalidade das ações da Ebrasil Gás e Energia detidas pela emissora;

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de sua titularidade decorrente da distribuição de dividendos da EPASA,, considerando que a Ebrasil Gás e Energia deve possuir pelo menos 41,66% do capital social;

Direito creditório referente ao contrato de conta vinculada junto ao Banco Bradesco S.A.

Cláusulas restritivas

As principais cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis da EPESA que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são como seguem:

Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.

Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x.

Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais.

Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.

Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).

Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado.

Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas.

Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).

A Administração da controlada EPESA entende estar cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a apuração de 3,26x, maior que 1,3x.

As principais cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) do instrumento particular de escritura da segunda emissão privada de debêntures não conversíveis da EBRASIL que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são como seguem:

Inadimplemento de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias referente as debêntures;

Liquidação, dissolução, intervenção ou extinção e/ou qualquer outro evento que caracterize o estado de insolvência da Sociedade;

Decretação de falência da Sociedade, das garantidoras pessoas jurídicas ou de qualquer controlada; pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Sociedade;

Utilização dos recursos captados com a Emissão para outro propósito.

15 Impostos correntes e obrigações tributárias

	Consolidado	
	2018	2017
PIS/COFINS e ISS sobre receita	2.492	842
Retenções de terceiros	114	96
IRPJ e CSLL a recolher	3.280	753
IRRF a recolher	10	7
Outros	18	38
Impostos federais parcelados	-	2
Total	5.915	1.737

16 Impostos diferidos ativos e passivos

a. Passivos

	Consolidado	
	2018	2017
IRPJ e CSLL diferidos (i)	19.488	19.724
Total	19.488	19.724

- (i) Desde 2013 a controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos Grupos Geradores entre o que está sendo contabilizada, com base na sua vida útil estimada, de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do Imposto de Renda de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, no montante de R\$ 19.488 em 2018 (R\$ 19.724 em 2017) no passivo não circulante, que serão revertidos depois de completar o prazo de 10 anos de vida útil desses equipamentos

17 Taxas regulamentares

	Consolidado	
	2018	2017
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	241	93
Ministério de Minas e Energia - MME	120	47
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.787	17.218
	20.148	17.358
Circulante	10.910	8.683
Não circulante	9.239	8.675

Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a Sociedade possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL:

40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);

40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL;

20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos em fase de prospecção.

Maiores detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ebrasilenergia.com.br.

18 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2018	2017
Obrigações trabalhistas e sociais	1.152	1.417
Encargos de transmissão	1.143	1.145
Outros (i)	10.632	1.173
Total	12.927	3.735

- (ii) Refere-se substancialmente a dividendos declarados e não pagos da controlada EPESA.

19 Provisão para contingência

EPESA

Obrigações contratuais - Regulatórias

Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008, o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam de operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram de ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis.

A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente.

Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes.

Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos), conforme regulamento do setor, além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE.

De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia visando a extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, refez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh.

Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476, perfazendo uma provisão total de R\$ 6.911.

A EPESA passou a comprar energia no mercado a partir de 2013. Em 28 de janeiro de 2014 a ANEEL revogou a cláusula 14 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), que determinava penalidades por falta de lastro para venda. Além disso, o prazo de 60 meses de compra do lastro findou em janeiro de 2018. Deste modo, a Administração decidiu por reverter no exercício de 2018 a provisão constituída.

Cíveis

A Sociedade é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 12), que foram sustados sob a alegação de que (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo aguarda audiência de instrução. Além do valor das notas fiscais emitidas, que estão registradas contabilmente, o fornecedor também exige multas e juros pelo atraso desses pagamentos, no valor de R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2013, que não está reconhecido contabilmente, uma vez que a expectativa de perda é considerada possível. O risco máximo desse processo em andamento é R\$ 15.390, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos.

A Sociedade, em função dessa discussão, entrou com processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor, com valor atualizado da causa de R\$ 83.607, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos.

Em dezembro de 2014, foi julgado procedente, em favor da autora EPESA, em primeira instância a medida cautelar e a ação Ordinária Declaratória de Inexigibilidade de Títulos cumulada com pedido de indenização por danos materiais, declarando nulos os títulos apontados para protestos mencionados na Medida Cautelar e na Ação Ordinária, condenando ainda a Ré a indenizar a parte Autora pelos danos materiais causados no período em que a Autora deixou de iniciar suas atividades operacionais em decorrência do atraso na entrega dos equipamentos por parte da Ré, bem como a importância despendida pela Autora, decorrente de dívidas contraídas por força da perda da receita, sendo esta também originada pelo atraso relativo ao início de suas atividades operacionais. Tendo em vista a decisão de primeira instância, a Areva interpôs Recurso de Apelação. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto.

Trabalhistas

A Sociedade é parte passiva em 47 processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é Provável. Dessa forma, a Sociedade mantém provisão para contingência no montante de R\$ 619.

ENORTE

Causas de perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R\$ 429.

20 Patrimônio líquido (controladora)

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o capital social subscrito e integralizado era representado por 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), pertencentes à DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

a. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, foi adicionado à reserva o valor de R\$ 5.549, perfazendo um total de R\$ 23.046.

b. Remuneração aos acionistas

Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos.

Em 2018 a Sociedade pagou dividendos apurados no exercício de 2018 no valor de R\$ 102.846, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 25.771 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2018, a ser referendada na AGO de aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, conforme quadro abaixo:

Lucro líquido	110.988
Constituição reserva Legal - 5%	(5.550)
Lucro distribuível	105.438
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(25.710)
Dividendos intercalares	(77.135)
Total de dividendos	(102.846)
Adição à Reserva de lucros	2.593

Em função da proposição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2018, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 2.593 que fica mantido na conta de Reservas de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento.

21 Partes relacionadas

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos.

	2018				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda	953	-	1.702	-	1.841
Ebrasil Norte Geração de Energia	308				0
Vigus Engenharia Ltda	184	-	-	-	
Suape Mineração	21	-	-	-	
DC Energia e Participações S.A.	-	308	-	308	
Dionon Cantareli	-	-			
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.		-	-	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	343	199	206	199	(3)
Total	1.810	507	1.908	507	2.002

	2017				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Ebrasil Energia LTDA	953	-	1.704	-	2.245
Ebrasil Norte Geração de Energia	512	-	-	-	-
Vigus Engenharia Ltda	178	-	-	-	-
Suape Mineração	21	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	-	163
Dionon Cantareli	18	20.402	-	20.402	-
EBRASIL Gás e Energia Ltda	306	200	729	200	-
Total	1.988	20.602	2.433	20.602	2.408

22 Receita

	Consolidado	
	2017	2018
Receita de aluguel e prestação de serviços	922	1.690
Receita de disponibilidade e geração de energia	205.749	217.099
PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(19.117)	(20.287)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.849)	(1.951)
Total de receitas	185.705	196.551

EPESA

A Sociedade reconheceu receitas variáveis a menor em relação a 2017, uma vez que houve menor despachos pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano.

A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade.

A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS.

Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 16)

ENORTE

A receita da controlada ENORTE corresponde a locação de equipamentos.

23 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Óleo diesel	(52.244)	(76.180)
CUST	(14.244)	(14.732)
Depreciação	(15.352)	(15.754)
Amortização do diferido	(2.331)	(2.332)
Recomposição do sistema	-	(2)
Mão de obra direta	(7.100)	(10.178)
Serviços e outros	(8.216)	(13.441)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(1.140)	(1.517)
Total de custos dos serviços prestados	(100.627)	(134.136)

EPESA

A controlada adquiriu óleo diesel para cumprir com o despacho do ONS, refletido na conta “Óleo Diesel”. O principal custo recorrente registrado na conta “CUST” refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia.

A conta de “Recomposição do sistema” registra a compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5/230 KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente a indisponibilidade ocorrida em 2011 e 2012.

24 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços contratados	(1.848)	(4.195)	(7.132)	(6.045)
Pessoal administrativo	-	(7)	(4.743)	(4.643)
Impostos e taxas	-	-	(617)	(1.132)
Depreciação	-	-	(648)	(695)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(73)	(79)
Outros	(549)	(66)	2.904	(2.429)
Total das despesas administrativas	(2.397)	(4.268)	(10.309)	(15.023)

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2018	2017
Custo desativação de imobilizado (i)	1.876	(2.013)
Outros	3	2.111
	1.879	98

(i) Custo de desativação do imobilizado da EPESA, na venda de equipamentos;

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	0	2	57	33
Juros sobre aplicações financeiras	338	22	2.268	1.327
Juros e rendimentos	3.776	-	4.247	1.634
	4.114	24	6.572	2.994
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	-	-	(7.409)	(9.068)
Juros sobre empréstimos	-	-	-	(1)
Juros e IOF sobre empréstimos	-	-	(17)	(4)
Juros e IOF sobre mútuos	-	-	-	6
Juros e multas pagos a fornecedores	(11.741)	(30)	(12.990)	(1.759)
	(11.741)	(30)	(20.416)	(10.826)
Resultado financeiro	(7.627)	(6)	(13.844)	(7.833)

27 Instrumentos financeiros

EBRASIL

A EBRASIL revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Empréstimos - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações

EPESA

A EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras;

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo.

Empréstimos para capital de giro - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI.

Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Categoria	2018		2017		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	27.998	27.998	39.541	39.541
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	61.229	61.229	24.856	24.856
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao valor justo	8.209	8.209	7.740	7.740
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	11.422	11.422	11.358	11.358
Empréstimos bancários	Mensurado ao custo amortizado	-	-	33	33
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	70.713	70.713	83.940	83.940

A Administração da controlada EPESA não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

ENORTE

A ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo;

Contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Empresa, são classificadas instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, sujeitos à provisão para perdas, quando aplicável.

Fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Categoria	2018		2017		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo	111	111	375	375
Contas a receber de clientes	Mensurados ao custo amortizado	154	154	77	77
Fornecedores	Mensurados ao custo amortizado	2	2	15	15
Empréstimos de mútuo	Mensurados ao custo amortizado	-	-	-	-
Empréstimos bancários	Mensurados ao custo amortizado	-	-	363	363

A Administração da controlada ENORTE não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

28 Gerenciamento de riscos

A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Sociedade é a disponibilidade de usinas para geração de energia termelétrica, reguladas pela ANEEL.

A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado.

As operações da Sociedade e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue:

- a. **Risco de liquidez** - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures EPESA	70.713	7.136	6.577	26.308	30.692	-
Debêntures EBRASIL	51.840	11.840	20.000	20.000	-	-
Total	122.553	18.976	26.557	46.308	30.692	-

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R\$ 8.209 (R\$ 7.740 em 2017) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 8).

- b. Risco taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade e suas controladas é:

	2018	
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	51.840	122.553
Juros basicamente pós-fixados		
<i>Banco Safra</i>	30.707	30.707
Banco Santander	25.466	25.466
Banco ABC	20.118	20.118

- c. Risco de taxa de câmbio** - A Sociedade e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro.
- d. Risco de crédito** - O risco surge da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R\$ 61.401 (R\$ 24.934 em 2017). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de

pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público.

- e. **Risco de aceleração de dívidas** - A Sociedade e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas (“*covenants*”), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida.

Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações.

- f. **Risco de gerenciamento de capital** - A política da Sociedade e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional.

- g. **Risco matéria prima** - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009.

Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora.

Diretoria

Dionon Lustosa Cantareli Junior
Diretor Presidente

Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima
Diretora de Controladoria

Carlos Wilson Silva Ribeiro
Diretor Financeiro

José Roriz Lustosa Cantareli Junior
Diretor de Suprimentos

Contador

Mayara Peixoto Quintino Martorelli
Contador - CRCPE 021.099/O-5